

ANGOLA: O DISCURSO DO COLONIALISMO E A ANTROPOLOGIA APLICADA

Carlos Serrano*

RESUMO: O autor analisa os diversos discursos antropológicos que se referem ao conhecimento do "outro" (a etnografia espontânea, a antropologia aplicada, a antropologia militar e a antropologia missionária) na produção sobre Angola.

Nos diversos discursos existe um denominador comum que se define do seguinte modo: existe uma inclusão do conhecimento sobre o "outro" e simultaneamente sua exclusão ideológica.

Da diversa produção etnográfica sobre Angola há a destacar os trabalhos dos missionários católicos da congregação do Espírito Santo e os trabalhos dos missionários Protestantes. Todos eles de origem não-portuguesa.

UNITERMOS: Angola – Antropologia aplicada – Etnografia espontânea – Antropologia militar – Antropologia missionária – Identidade nacional.

Pretendemos neste artigo analisar o discurso do colonizador naquilo que se refere ao conhecimento do outro, que evidencia uma inequívoca relação de dominação/subordinação. Esse discurso aparece algumas vezes sistematizado em relação ao conhecimento do outro, outras vezes manifesto de uma forma empírica, espontânea e circunstancial no contexto das relações existentes entre grupos diferentes. Por outro lado, as próprias necessidades que advêm de um contato entre civilizações diferentes conduzem a que se expresse num discurso o conhecimento do outro, para melhor gestão dessas relações de dominação. Dependendo dos grupos que estão em contato com as sociedades autóctones, temos diferentes formas pelas quais esse discurso se expressa, seja sob o aspecto do conhecimento económico, do conhecimento jurídico, do conhecimento da ordem simbólica e religiosa, seja mesmo sob o aspecto do conhecimento da organização social e política desses povos. No entanto, todos esses discursos parecem ter um denominador comum, uma máxima que se pode resumir da seguinte maneira: existe uma inclusão do conhecimento sobre o outro e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro.

Não vamos nos ater a um desses pontos de forma exaustiva mas unicamente para dar a conhecer os métodos e técnicas empregadas para gerir as relações existentes entre colonizador e colonizado. Desde os primórdios da colonização têm sido expressos determinados discursos, em relatórios de viajantes, de administradores, de religiosos e mesmo informações mais dispersas e fragmentadas fornecidas por colonos que, sobretudo nas relações econômicas, nos dão a conhecer as populações com quem se relacionam. Evidentemente existe uma relativa diferença entre o discurso sobre o outro elaborado a partir das necessidades da vida cotidiana de grupos diferentes em contato, expressando essas necessidades em relação à sua estratégia de vida, e por outro lado o discurso elaborado, por exemplo, pelas autoridades administrativas coloniais, mais próximas, graças à gestão da vida dessas populações. Também o discurso dos religiosos em relação a essas mesmas populações apresenta graus de diferenciação que vai desde o etnocentrismo religioso até a necessidade de melhor compreender os sistemas simbólicos e cosmológicos dessas populações para melhor evangelizar. Seja esta "antropologia espontânea", como a denomina Paul Mercier, seja a etnografia fornecida por viajantes religiosos nos séculos passados, e que Malinowsky demonstra serem funcionais na medida em que continham uma apreciação não apenas de fatos isolados mas das relações e vínculos essenciais¹, ambas parecem-nos poder fornecer elementos fundamentais das relações entre esses grupos em confronto. Queremos, no entanto, enfatizar que a recolha dessas informações contendo elementos de interrogação sobre o outro possui determinados nexos antropológicos, sem que isso conduza à elaboração de um conhecimento científico preciso.

OS "HOMENS DO COMÉRCIO" OU ETNOGRAFIA EMPÍRICA:

Se as relações primordiais dos europeus no continente africano são de teor econômico e comercial parece-nos, no entanto, que não podemos, de maneira nenhuma, separá-las da sua dimensão política, tal como muito já tinha expressado Marx, ao afirmar que as relações econômicas são relações de poder, sendo assim essencialmente políticas e representativas da ordem política de qualquer sociedade. De fato, tanto nas relações institucionais ligadas economicamente na articulação de diferentes modos de produção que são expressas no mercantilismo em África nos séculos XV e XVI, quanto, e ainda, no

(1) MERCIER, Paul. *História da Antropologia*, São Paulo, Eldorado, 1974, p. 19; e MALINOWSKI, B. *Uma Teoria Científica da Cultura*, São Paulo, Zahar Ed., 1975, p. 138.

fim do século passado, no início da comercialização de produtos ditos coloniais, como as matérias-primas, nós podemos encontrar a dimensão política, tal como nos lembra Abner Cohen quando assinala que em ambos os sistemas, o econômico e o político, encontramos a relação de poder entre indivíduos e grupos, desde que essas relações sejam estruturalmente consideradas através de toda a extensão da política.

Em ambos os sistemas as relações de manipulação, técnicas contratuais e instrumentais, põem os homens em diferentes situações, usam uma ou outra como meio de atingir objetivos, e não como objetivos em si mesmos. Deste modo a legitimidade não é procurada unicamente no discurso baseado em valores da sociedade dominante mas também na ordem institucional e nos seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de "valores". Sempre implica também "conhecimento" (Cohen, 1978: 36-7).

Alfredo Margarido, num dos seus trabalhos, nos dá a conhecer que alguns grupos de organizações políticas africanas desempenharam papel fundamental nas relações entre o litoral e o interior, o que deu lugar ao florescimento de um número importante de especialistas nessas relações comerciais, designado por diversas denominações, como, por exemplo, "feirantes", "funantes", "aviados", "pombeiros", "ambaquistas", "quimbares", "agregados", "calçados", "moradores" ou "colonos". Ao norte, as populações baongo desempenharam um papel essencial nessas relações, como o "pool do rio Zaire", função que coube, no centro, às populações mbundas. Mas muitos outros grupos intervieram nas relações políticas e comerciais, como os quissamas, os sossos e outros. Nenhum, porém, desempenhou papel tão importante como os "mbangalas de Kasange", que puderam controlar, até os fins do século XIX, as relações com as populações instaladas a leste de Angola, para além do rio Cuango, que até a primeira metade do século XIX era um obstáculo intransponível para os portugueses.

A presença portuguesa, avançando lenta mas progressivamente da costa para o interior, apoiou-se em duas instituições, quase sempre associadas: os presídios e as feiras. Em 1762 existiam seis feiras (Encoje, Ambufla, Lembo, Lucamba, Pedras Negras), a que se acrescentariam mais quatro em 1765 (Ngolo, Bembe, Kasange e Calandula). Kasange serve malgrado a hostilidade dos Imbangalas, de placa giratória aos portugueses que enviam dois pombeiros escravos para estabelecer a ligação por terra com Moçambique (1806-1811). Esta viagem confortava os portugueses no mito da formação de um território único ocupando a África central de uma costa a outra.

Vemos que as populações africanas, principalmente por meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos com relação a esses comércios;

pelo contrário, eram indivíduos que procuravam no comércio estabelecido com os europeus determinadas mercadorias que podiam legitimar, com bens de prestígio ou as armas necessárias ao confronto com outros grupos, o seu próprio poder e, dessa maneira, necessitavam de alianças, não só com os europeus que comerciavam diretamente, como também com os africanos europeizados, que serviam de intermediários nesse comércio. Como exemplo, temos aquela denominação acima citada, os calçados, que eram indivíduos já europeizados e, por isso, se denominavam desse modo, na medida em que se vestiam e se calçavam à europeia, aos quais muitas vezes era interdita a entrada em territórios mais longínquos. Essas alianças muitas vezes se consubstanciavam em matrimônios de comerciantes europeus, mestiços e também "calçados" com mulheres ligadas por parentesco aos chefes locais onde se realizava esse comércio.

Um documento por nós conseguido em Luanda após a independência pode exemplificar a rede de relações estabelecida entre um indivíduo europeu vindo do litoral e percorrendo o sertão a caminho do planalto central de Angola (Planalto do Bié), os casamentos múltiplos dão a ver as formas de aliança que explicitam não só o trajeto comercial mas também a legitimidade adquirida em locais diferentes. O documento, cedido por uma pessoa amiga, refere-se à relação de filhos de Santos Pascoal, comerciante europeu estabelecido em 1896 em Benguela-Velha, mais tarde denominada Novo Redondo, no litoral, que realiza múltiplos casamentos com diferentes mulheres, que nessa relação são pelo menos quatro, e em épocas diferentes, que vão de 1896 a 1914, tem com essas mulheres africanas pelo menos 12 filhos, num trajeto que vai de Benguela-Velha passando por Bailundo até chegar a Bié, no planalto central. A poligamia desse comerciante é confirmada, como consta nesse documento, por batizados dos filhos surgidos dessas múltiplas uniões, cujos padrinhos parecem-nos ser comerciantes estabelecidos nessas mesmas regiões. Esses casamentos múltiplos e essa proliferação de novas gerações que podem vir no local a legitimar a sua ação como agente comercial, mostram o processo de aliança não só com as populações africanas, como também com os comerciantes já estabelecidos nessas regiões. Desse modo parece-nos que há uma dupla ação, primeiro de reconhecimento do poder local por alianças e casamentos múltiplos, assim como a legitimação desses casamentos consubstanciadas no nascimento dos filhos e, depois, de reconhecimento dos valores próprios da sua cultura na medida em que essas crianças eram batizadas e recebiam, nessa relação que nós analisamos, os nomes explícitos de padrinhos e madrinhas. Mas não estão patentes nesse documento as suas origens em termos das linhagens maternas.

Este documento até certo ponto nega uma afirmação do professor Jorge Dias, de que as relações estabelecidas pelos portugueses com outros povos eram marcadas por uma tradição de igualdade como criaturas de Deus. Diz-nos o professor Jorge Dias que, como a grande maioria dos colonos era do sexo

masculino, as alianças com as mulheres indígenas eram muito frequentes e delas nascendo uma prole numerosa, que os pais em geral consideravam como filhos e educavam como podiam. O caráter português e as suas tradições sociais harmonizavam-se perfeitamente com as tradições indígenas. Por outro lado, as tradições patriarcais levavam os portugueses a estender os deveres de proteção a todos os familiares, mesmo quando a família era natural. E diz-nos ainda que, quando os pais faltavam a esse dever, o predomínio entre inúmeros povos indígenas africanos do direito de sucessão por via uterina, ou seja, o regime matrilinear, assegurava sempre ao mestiço um lugar entre os seus. Essa afirmação parece-nos exatamente deixar transparecer a diminuição de importância da política que assegurava a esses colonos alianças e a possibilidade de manutenção de laços comerciais e políticos que asseguravam a sua permanência entre esses grupos. Mas esse colono, ao estabelecer as relações nesse documento citadas, em que exclui os indivíduos do lado materno dos seus casamentos bem como a origem matrimonial de seus filhos, concretiza um processo de exclusão desses mesmos grupos, sendo que muitos desses colonos viviam e conheciam as tradições locais muito bem, para melhor se integrar nas comunidades africanas e se legitimar perante elas.

Agostinho Mendes de Carvalho, intelectual e escritor angolano, membro do Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, numa reunião de velhos de Catete, dá-nos a conhecer a tradição rural que conta de um colono português estabelecido nessa região que exemplifica bem um comportamento idêntico ao anterior. Diz-nos ele que José Bernardo era um português que desembarcara muito jovem em Icolo e Bengo. Pouco depois do ano de 1910 integra-se muito bem na vida da região. "Ele falava melhor o quimbundu que muitos de nós", realça Agostinho Mendes de Carvalho, fazendo notar que José Bernardo adotara todos os usos e costumes da região. "Ele partilhava de atos e ritos mágicos e casara com quatro mulheres daqui", afirma.

José Bernardo tão bem se familiarizara com aquele povo que é notado pelas autoridades coloniais pela sua inteligência e pelo perfeito conhecimento da região. Foi então nomeado chefe de posto. A partir daquela data José Bernardo transformou-se no maior causador de martírios e num verdadeiro flagelo para os moradores de Catete e arredores. Em 1919, já como chefe de posto, obriga os velhos, as mulheres e as crianças a abrir a estrada que vai de Catete a Calombuloca. Os maus tratos levam a que grande parte da população procure outras paragens.

No ano de 1920, conta Adão Marques, os velhos da região, por indicação do angolano letrado velho Pedro Mendes, vão de ligação para Luanda e contratam, um advogado. O advogado provisionário Assis, que não é mais e nem menos que o conhecido Antonio de Assis Jr., move-se contra José Bernardo para pôr termo à escravidão dos naturais de Catete, levando a que o chefe de posto

contacte seus amigos de Luanda. José Bernardo reaparece então em 1922 com militares da guarnição de Luanda e comanda o ataque a todas as senzalas, que mais à frente caracterizaria a autoridade dos colonialistas. São arrasadas todas as senzalas, de Colombuloca e Columbuzi.

Muitos desses comerciantes que se comportavam de maneira passiva pelo seu isolamento em relação aos demais grupos europeus podiam, como no exemplo desse José Bernardo, tornar-se autoritários na medida em que se sentiam protegidos pelas autoridades administrativas coloniais. Isto se dá sobretudo a partir do fim da década de 20 e começo da de 30, quando um poder efetivo de administração se faz impor pelo governo de Norton de Matos, e também no momento em que o código indígena de 1928 vem abolir legalmente o trabalho forçado puro e simples, substituindo-o pelo "contrato". Este novo sistema de contrato foi posto em prática pelo Decreto de 1930 que estabelecia que as populações nativas seriam governadas por meio de estatuto especial, em que "seriam respeitados seus usos e costumes sociais, individuais e domésticos". Na verdade, isso significava que se utilizaria a estrutura política tradicional para controlar a população nativa e dessa forma alocá-la em "atividades produtivas". Desse modo o poder tradicional era mobilizado com o fim de recrutar indivíduos para o contrato de trabalho. Nesse momento os comerciantes estabelecidos em zonas de grande densidade populacional, e onde existiam alianças com o poder tradicional, também ajudavam a mobilizar esse poder tradicional para mercantilizar essas formas de recrutamento do trabalho "indígena" e, dessa maneira, tirar os lucros inerentes ao processo.

Somos levados a crer que exatamente em 1961, quando das primeiras manifestações de revolta nacionalista no norte de Angola, um dos primeiros objetivos do espontaneísmo levado a cabo pelos movimentos nacionalistas nessa zona foi o de atacar os postos comerciais isolados, na medida em que eles eram uma ponta de lança do próprio poder europeu colonial com que estavam se defrontando, e, dessa maneira, criar um vácuo, um vazio desse poder colonial nessas regiões. Essa era uma resposta radical às formas de exploração não só pela via comercial como também à exploração do trabalho africano consubstanciada no "contrato".

Se a visão e o conhecimento do outro, através das práticas da vida cotidiana dos comerciantes na segunda metade do século passado e no começo deste, incorporavam o enfoque das sociedades locais como exóticas, mas ao mesmo tempo eram necessários à sobrevivência das relações de dominação, esse conhecimento é bastante alterado pelas condições econômicas impostas a partir da incorporação dessas formações sociais, sobretudo a partir da década de 30 em Angola, a um sistema capitalista cada vez mais abrangente.

Concordamos com Alf Schwarz de que é fundamental a coleta de fatos exóticos pacientemente feita pelos precursores da Antropologia colonial e por

antropólogos amadores, na qual podemos incluir as recolhas dos fatos coletados pelos próprios colonos e que em determinado momento forneciam argumentos ao tão propalado mito do "fardo do homem branco" que impressionavam facilmente a opinião pública das metrópoles². Um repositório desses conhecimentos sobre as sociedades indígenas em Angola nos é fornecido por Mário Antonio Fernandes de Oliveira nas colaborações angolanas para o "Almanaque de Lembranças" da segunda metade do século passado (em que determinados artigos, assinados não só por colaboradores já nascidos em Angola fazendo parte de uma pequena burguesia angolana mas por portugueses ali estabelecidos), nos dão a conhecer diversas colaborações, tais como julgamentos de indígenas na África Ocidental, cerimônias para a eleição de um soba, enterro e eleição de um rei em Cabinda, feitiços e costumes dos indígenas na África Ocidental, leis gentílicas, o soba e o poder dos soberanos, cerimônias que precedem o seu sepultamento, canibalismo, descrições de populações locais, poemas vários, artigos referentes à culinária africana, etc., etc.

Queremos ainda salientar a questão da penetração comercial nas diversas extensões do território angolano que completam essa dimensão de contato dos comerciantes com as populações locais. Existe um recenseamento que nos dá o número de 1370 povoações comerciais, que comportam 2.000 casas comerciais em 1959 em todo o território angolano. Essa nova dimensão do problema parece nos aproximar de uma situação de contato muito mais precisa entre a população local e os elementos europeus no território angolano do que as estatísticas oficiais sugerem quando nos relacionam os elementos de grupos étnicos diferentes.

OS "HOMENS DO ESTADO" OU A ANTROPOLOGIA APLICADA:

Aquilo que denominamos etnografia administrativa é todo conhecimento que procura apoiar-se num saber paracientífico ou científico dos grupos, visando utilizar as autoridades africanas como ponto de apoio do poder europeu. Repare-se que a Antropologia administrativa precede largamente a Antropologia como disciplina, o que impõe uma leitura das condições em que funciona a colonização portuguesa. Citaremos para isso um boletim oficial de 1906 em que um dos ministros das colônias dessa época pede aos governadores de distritos e chefes do Concelho do Distrito de Luanda em Angola que "para

(2) SCHWARZ, Alf. *Colonialistes, Africanistes et Africains*, Québec, Nouvelle Optique, 1979, p. 22.

uma condição necessária a uma boa administração dos povos indígenas /de civilização muito inferior/ e diferentes do nosso, deve-se procurar com bastante minúcias e segurança os usos e costumes desses povos e suas idéias, crenças, tradições e tendências e sendo certo que, apesar de muito esforço individual, digno de louvor, e de alguns livros de verdadeiro merecimento, relativos a Angola, ainda hoje não se dispõe de todos os elementos necessários para bem avaliar a organização política, civil e social de muitas das populações indígenas que habitam a província, julguei do meu dever proceder a um inquérito administrativo sobre o assunto, formulando o seguinte questionário precedido dessas prévias e concisas explicações"³. E desde modo Eduardo Augusto Ferreira da Costa, governador geral de Angola, em 23 de julho de 1906 manda publicar o questionário acerca dos usos e costumes de gentílicos da província de Angola com os seguintes temas:

- 1º dos povos em geral;
- 2º do governo político;
- 3º da organização guerreira;
- 4º dos direitos civis;
- 5º do julgamento de crimes e delitos;
- 6º dos recursos econômicos;
- 7º das principais cerimônias;
- 8º das crenças e superstições;
- 9º de diversos usos
- 10º da linguagem.

Esses temas comportavam um total de 80 itens de que era composto esse questionário, que deveria ser preenchido pelos chefes de concelhos, residentes, capitães-mor, com uma circular aplicada aos habitantes,

(3) Boletim Oficial de Angola de 23 de junho de 1906.

interrogando-os, quer fossem os "assimilados" ou os chefes indígenas que estivessem próximos das circunscrições administrativas. Este inquérito, ao partir do postulado de que havia necessidade de coletar dados de uma "civilização inferior", leva-nos de imediato a uma afirmação enunciada no início desse capítulo a respeito da dimensão do discurso etnográfico colonial, caracterizando-se pela inclusão do conhecimento do outro e a sua exclusão ideológica. É importante ressaltar que a Escola Superior Colonial foi criada na mesma data do decreto enunciado anteriormente, isto é, em 1906, pelo ministro da Marinha e do Trabalho. Esta escola funcionava nas dependências da Sociedade de Geografia, tendo por finalidade a formação de funcionários coloniais. O currículo desta escola foi reformado em 1919, merecendo realce a reorganização da cadeira de Etnologia Colonial, que passou a fazer parte do programa de ensino. Os fins a que se destinava a Escola Colonial são definidos, por um decreto de 1926, como os seguintes:

- "a) preparar o pessoal, civil ou militar, que se destina à carreira do funcionalismo colonial;
- b) ministrar, a colonos ou empregados comerciais que às colônias se destinem, os ensinamentos dos conhecimentos úteis à melhor eficiência da sua ação;
- c) promover a divulgação, pela conferência ou pela brochura de propaganda, de recursos ou possibilidades agrícolas, comerciais e industriais das colônias portuguesas;
- d) auxiliar a propugnação, a dentro e afora fronteiras, dos interesses coloniais portugueses;
- e) publicar regularmente um anuário da Escola onde, além da colaboração dos professores da Escola, sejam também acolhidos trabalhos dos alunos que tenham valor ou ofereçam interesse onde sejam eventualmente arquivados aqueles relatórios dos Governadores Coloniais que, não contendo matéria confidencial, seja proveitoso tornar do domínio público"⁴.

(4) MOUTINHO, Mário. 1982: 422-423.

Segundo Mário Moutinho, esse mesmo decreto reorganizava a cadeira de Etnologia e Etnografia Colonial, e introduzia uma outra intimamente ligada à etnologia que era denominada Política Indígena. No Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, vários pareceres foram emitidos defendendo o ensino da Antropologia como obrigatória na Escola Superior Colonial e a inclusão deste mesmo ensino na preparação científica dos missionários, assim como a criação nas capitais das províncias ultramarinas (Angola, Moçambique e Índia) de institutos de investigações antropológicas para estudos de Antropometria e Hematologia, bem como de Antropologia Criminal e de Aclimação. Propunha-se também que nas capitais das restantes províncias ultramarinas se fossem criados gabinetes de investigações antropológicas limitadas ao estudo da Antropologia normal, e que no orçamento do Ministério das Colónias fossem inscritas as verbas necessárias para a organização das missões científicas respeitando ao estudo da Antropologia em todas as províncias ultramarinas, e, também que 'se criasse uma entidade com fundos especiais a fim de promover a publicação de uma literatura colonial (gramática, vocabulários e livros de usos e costumes) sistemática e devidamente organizadas para facilitar aos colonos, funcionários, cientistas e missionários o conhecimento dos indígenas das regiões onde devem atuar. Que se comunique ao governo o desejo de que se concedem às entidades administrativas, comerciais, militares, científicas e religiosas portuguesas, sem exceção alguma, todas as facilidades possíveis para dirigir inquéritos, estudar in loco e trabalhar livremente em todos os nossos domínios, pelo engrandecimento e a glória do nosso império colonial. Que se consiga dos atuais missionários portugueses que, como fazem os missionários estrangeiros, publiquem revistas e boletins missionários dos respectivos grupos ou comuniquem à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia do Porto, ou às suas congêneres do país, os estudos e observações que fizeram no campo da Antropologia, da Etnologia e da Etnografia, nela incluída a Linguística, de maneira a que esses estudos possam aproveitar a quantos se dedicam a esse ramo do saber. Que das missões científicas das colónias façam parte não só naturalistas como etnógrafos, linguistas e arqueólogos" (citado por Moutinho, 1982:422-3).

As resoluções tiradas nesse I Congresso Nacional de Antropologia Colonial permite-nos concluir que havia uma tendência, um engajamento total com a própria política colonial exercida pelo governo. No entanto, essas resoluções cobriam, de uma forma um tanto ambiciosa, uma série de medidas que não parecem ter sido cumpridas na década seguintes, mas sobretudo a proposta de realização de inquéritos a serem feitos pelos comissários administrativos nas colónias com a missão de recolher informações diretamente das populações

indígenas parece ter sido cumprida em parte, e a maioria desses materiais tenha sido utilizada pelas autoridades coloniais. A maior parte desses relatórios dá ênfase aos aspectos econômicos da região, na medida em que era esse o interesse imediato das autoridades. José Maianga observa que a "Administração Colonial procurou esclarecer dúvidas das instituições da sociedade sobre sua jurisdição, ensaiando por isso uma antropologia dirigida pelos seus funcionários. Respeitavam apenas as práticas de instituições africanas que não colidissem com os modelos da civilização ocidental e, portanto, não impeditivas de se aplicar os níveis civilizacionais que tinham atingido as nações coloniais, única a possuir nas suas mãos a verdade histórica". (Maianga, 1979:55).

Entre os poucos artigos referentes à etnografia dirigida a Angola e às demais colónias portuguesas, os artigos de maior relevo encontram-se sobretudo em revistas como: "Mensário Administrativo", "Revista Garcia de Orta", "Revista do Instituto de Investigação Científica de Angola", etc.

No entanto, na medida em que a política de colonização portuguesa, especialmente no que tange a Angola, intencionalmente tinha como perspectiva uma colonização por povoamento, a ênfase era dada não só aos aspectos econômicos visados pelo inquérito, abrangendo o potencial econômico de determinadas regiões para fixação de colonos, como também as condições ecológicas características dessas regiões. Desde o Congresso de Antropologia Colonial, a que já nos referimos mais acima, alguns testemunhos de antropólogos participantes desse Congresso afirmavam a proposição de uma colonização dirigida em que esses aspectos, e mesmo os de Antropologia Biológica, eram bem especificados. Eusébio Tamagnini, que participou desse Congresso, refere-se da seguinte forma à escolha dos indivíduos que deveriam ser relacionados como colonos para essa "missão civilizadora". Diz-nos esse antropólogo que "muitas vezes se apresenta como prova evidente da alta capacidade colonizadora dos portugueses a pequena repugnância que manifestam nas aproximações sexuais com elementos de outras origens étnicas. É indispensável mudar radicalmente semelhante atitude, se é que ela existe como característica étnica própria. Quando dois povos, ou duas raças, atingem níveis diversos, as consequências da mestiçagem são necessariamente desastrosas. Esta visão racista foi substituída posteriormente por uma política de miscigenação, isto é, por uma ideologia "luso-tropicalista", mas mesmo assim a idéia de uma colonização dirigida e intensa parece ter sido privilegiada até os anos 60. Um dos antropólogos portugueses mais renomados, Jorge Dias, num dos seus ensaios, denominado "Contactos de Cultura", preconiza que "deve se ativar um processo de desenvolvimento econômico, pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas,

pela industrialização, canalizando para a província um caudal abundante de imigrantes" (Essa província era Moçambique)⁵. A polémica sobre se há uma Antropologia Colonial portuguesa tem sido levada a cabo sobretudo nos anos após as independências.

Donato Gallo, antrópologo italiano, num trabalho recente, tenta inventariar as principais linhas colocadas por esta problemática e nos afirma que, se em Portugal não há o produto de uma teoria antropológica, alguns elementos levam a supor a existência de uma antropologia aplicada, apesar dela ser ou estar subalterna as teorias provenientes de âmbitos culturais externos ao país. Na verdade, a maior parte das produções antropológicas provenientes do exercício do poder colonial, como dissemos, está circunscrita sobretudo a relatórios dos funcionários administrativos. As bibliografias existentes comprovam que a produção antropológica é na verdade relativamente escassa e, como muito bem diz René Pélissier, a maior parte dessas produções está "abaixo do limiar científico mínimo" (René Pélissier, 1980).

Assim a Antropologia só intervém de maneira secundária, como afirma Alfredo Margarido, mais como um álibi cultural do que como um discurso destinado a ser utilizado pela administração colonial. E isso acontece mesmo quando se verifica a modificação do paradigma colonial. Mas logo que se volta à prática normal, logo que são afastadas as ameaças internas, e sobretudo externas, a antropologia deixa de ser consultada e recusa-se aos antropólogos até a possibilidade de trabalhar livremente para fornecer informações e conceitos. Não é de admirar, desse modo, que a maior parte dos trabalhos realizados nas últimas décadas antes da independência seja mais de teor etnográfico do que propriamente etnológico. Se fizermos rapidamente um inventário recorrendo às bibliografias produzidas a esse respeito, poderemos captar as tendências assumidas por esses trabalhos. J.J. Gonçalves, professor do Instituto de Estudos Ultramarinos na década de 60, fornece-nos a partir de dezoito fontes bibliográficas a sua "Bibliografia Antropológica do Ultramar Português", editada em 1960, em que catalogou 424 obras, algumas das quais não produzidas por autores portugueses. Um grande número delas são obras de Antropologia Física, o que, como afirma o autor dessa bibliografia, dá a importância da relação desta com a Antropologia Cultural, em que muitos aspectos comuns se interseccionam, completando-se. Devemos reter aqui que a maior parte dos trabalhos de Antropologia Física referiam-se sobretudo à Antropometria. Uma bibliografia referente unicamente a Angola, publicada pelo Centro de Documentação

(5) DIAS, Jorge. *Ensaio Etnológico*, Lisboa, 1961.

Científica Ultramarina em Lisboa, partiu de dezoito bibliografias consultadas, perfazendo um total de 717 títulos. Interessam à Etnografia e à Antropologia Cultural 63 desses títulos, dos quais quinze se referem à etnia Nganguela, 33 são sobre ritos de circuncisão relativos a diversos povos de Angola e um única obra trata das lendas, das canções e dos contos angolanos.

Gerald Bender já havia sublinhado que a maior parte desses trabalhos referiam-se a descrições de ritos, vestuários, descrições de tatuagens, religião, aspectos esotéricos, cerimônias rituais africanas, imbuídos muitas vezes de uma linguagem exótica, de um tom moralizante e paternalista que conferia à qualidade dessas obras um baixo nível científico⁶.

Estamos, de certo modo, de acordo com Alfredo Margarido que, quando nos dimensiona esse aspecto político, justifica a fraca produção antropológica. Isto, quando pensamos que o projeto essencial da colonização pela substituição gradual mas intensiva das populações vindas do exterior, os colonos e, deste modo, pela substituição de seus valores culturais, políticos e económicos por valores externos. Dessa maneira, às populações autóctones é reservada unicamente a função de puro reservatório de força de trabalho a serviço do status colonial. A produção e a análise antropológicas servem sobretudo nos momentos de crise, como exemplificaremos mais adiante, após o desencadeamento da luta de libertação nacional, o que fica evidente nos relatórios confidenciais, principalmente aqueles preparados para as Forças Armadas Coloniais e nos simpósios realizados visando a "contra-subversão", denominação dada pelas Forças Armadas.

Mário Moutinho, num artigo interessante, nos revela o engajamento de uma certa produção antropológica com o Estado Novo implantado em Portugal pelo Salazarismo, ao analisar os diversos discursos de vários antropólogos e dos diversos políticos responsáveis pela política colonial portuguesa posta em prática pelo Ministério das Colónias, mais tarde denominado Ministério do Ultramar. Apesar disso, houve casos como o de Mesquitela Lima, um antropólogo que durante algum tempo esteve vinculado à administração colonial em Angola, segundo o seu parecer, "no caso português havia o político que até certo ponto condicionava o aparecimento de uma antropologia voltada para o domínio efetivo", mas, por outro lado, o problema tem suas raízes e explicações, segundo ele, mais no campo sócio-cultural e nunca nos paradigmas culturais lusos de planificar a longo prazo com o objetivo do lucro, como aconteceu com outros tipos de colonização (Lima, 1984:19-38). Continuando, o mesmo autor diz-nos que o conhecimento da realidade sócio-cultural das antigas áreas de colonização

(6) BENDER, Gerald - *Angola under the Portuguese*, Heineman, 1978.

portuguesa era de caráter empírico-intuitivo e possuía muita coisa baseada em estereótipos, em conhecimento do *tipo familiar*, repassado de emotividade, de fantasmas, de aparências, de idéias feitas. Ainda afirma o autor que esse tipo de Antropologia, se é certo tenha servido em determinadas situações, o fato é que nunca poderia servir para uma política a longo prazo porque mesmo que se pensasse no caso do afastamento de Portugal da colonização, como vai se verificar, Portugal tenha saído dessa forma tão pobre em todos os sentidos: cultural, econômico e político.

Percebe-se a fragilidade dessa argumentação sobretudo ao tentar-se analisar a relação de Portugal com as demais culturas através de um elo exclusivamente lusitano, tal como já o teria feito Jorge Dias, e perdendo a dimensão política e econômica de que Portugal faz parte, no interior de um sistema maior de dominação no contexto ocidental e em que aspectos não só ideológicos como de interesses econômicos se sobrepõem às vontades e aos valores intrínsecos a Portugal. Aliás, esta é uma das conclusões tiradas por Eduardo Lourenço em seu interessante ensaio "Psicanálise Mítica do Destino Português", em que nos afirma que a conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conferia ao longo da história portuguesa e que por isso misteriosamente corrói como raiz que é essa relação irrealista que os portugueses mantêm com eles mesmos. Segundo as contingências da situação internacional ou mundial, um ou outro desses complexos se faz presente mas, com mais constância os dois ao mesmo tempo; imagem inversa um do outro. Mais adiante acrescenta que é por demais claro que ambos cumprem uma única função: a de esconder de si mesmo a sua autêntica situação de ser histórico em seu Estado de intrínseca fragilidade: "Nós fomos, nós somos uma pequena nação que desde a aurora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara numa grande nação. Acontece, todavia, que mesmo na hora solar de nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente, *uma ficção*" (Lourenço, 1978:21).

OS HOMENS DA GUERRA OU ANTROPOLOGIA MILITAR

Esse tipo de Antropologia inicia-se sobretudo com o início da Guerra de Libertação Nacional em Angola, em 1961, a partir dos esforços militares para reunir informações autônomas que dessem respaldo às suas atividades naquilo que se denominavam de "uma guerra de contra-subversão". No entanto, a disposição dos dados existentes era de origem administrativa. Deste modo, uma colaboração estreita entre os administradores locais e os comandos militares em Angola realizou uma vasta troca de informações, visando uma colaboração mais coesa que tinha por fim o combate ao que se denominava guerra subversiva.

Essa colaboração já é patente no ano de 1962, quando no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina em Lisboa três militares proferiram uma série de conferências para os alunos daquela escola, sob o tema "subversão e contra-subversão". Essas palestras se referiram ao trabalho realizado pelos militares na guerra de Angola e tinham como objetivo o de tentar evitar o alastramento das idéias ditas "subversivas" que, naquele momento, se instalavam na colônia. Estes oficiais tinham passado por um treinamento com os militares franceses que se envolveram no conflito da Argélia. Essas três palestras foram publicadas num livro da Junta de Investigações do Ultramar (Lisboa, 1964), denominado "Subversão e Contra-subversão". É interessante frisar que este livro desapareceu dos inventários, das publicações da Junta, a partir do ano de 1975. Essas atividades tornaram-se confidenciais e faziam parte do segredo do Estado-Maior em Angola, que criou um Conselho de Contra-Subversão para Informações a respeito não só dos movimentos nacionalistas em confronto com os militares portugueses, mas também das populações locais através dos dados recolhidos pelos diversos destacamentos militares em diversas regiões, assim como pelos administradores locais. Em 1968, a partir de um maior desenvolvimento da luta armada em Angola, com a abertura da Frente Leste, os militares portugueses viram a necessidade de organizar um simpósio sobre a "contra-subversão", que vem a se realizar de novembro de 1968 a março de 1969 e nele trinta e oito textos foram discutidos entre os participantes. Apesar desses documentos terem um teor secreto, confidencial e reservado apenas aos oficiais militares que dele participaram, chegaram a ser publicados mais tarde, em 1974, no exterior, pelo IDOC, um organismo de denúncia dos crimes cometidos nas colônias portuguesas, e que publicou em Roma um pequeno livro denominado "Angola: Documentos Secretos do Governo sobre a Contra-Subversão". A maioria dos participantes desse simpósio eram oficiais que estavam ligados ao Conselho Geral da Contra-Subversão, administradores vários do aparelho administrativo colonial, um antropólogo que naquele momento estava mobilizado como militar durante a guerra, um agente da Polícia Internacional de Defesa do Estado, a célebre PIDE, o prefeito da cidade de Sá da Bandeira, hoje denominada Lubango, um comandante da Polícia de Segurança Pública de Angola e um sociólogo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, SCCIA, órgão de Informação e Assessoria ao Governo Geral de Angola. Para fazer-se uma idéia desses textos, discutidos durante o simpósio, vamos enumerar alguns, de acordo com os painéis em que foram discutidos. O primeiro painel era um plano geral de contra-subversão. O painel dois era sobre a organização da contra-subversão, da crítica a aspectos que necessitavam de revisão ou ajustamentos e subsídios para uma possível alteração a introduzir na atual estrutura hierárquica da contra-subversão. O painel três era sobre o reagrupamento das populações, o controle das populações nos

reagrupamentos, a necessidade de enquadramento das populações rurais com os elementos evoluídos, o reagrupamento de populações e promoção social, a constituição de localidades só com população africana, alimentação dos *agregados* africanos do Distrito de Malange, regulamentos no agrupamento de populações africanas em vilas. O quarto painel discutia a defesa civil ou as milícias na autodefesa, através dos textos: "O estudo sobre a autodefesa de pontos sensíveis", "Estudo sobre as milícias e autodefesa", "Aspectos relacionados com a defesa civil para apreciação do Plenário da Contra-/revolução". O quinto painel versava sobre a ação psicossocial. Do relatório e conclusões da comissão de estudos do quinto painel constam: ação psicológica; atividades de caráter primitivo; informação, publicação e ação psicológica. O sexto painel era sobre promoção social e reordenamento rural: a mentalização desviacionista das massas nativas; promoção social das populações; a promoção sócio-econômica das populações na base dos problemas da contra-subversão; uma política de reordenamento da população de Angola com base na expansão dos quimbundos.

Apesar dos esforços dos militares em tentar compreender o nível de mobilização das massas nacionalistas em Angola, o efeito foi relativamente sem importância na medida em que essas populações estavam já mobilizados pelas forças nacionalistas e toda a ação que tentava controlar ou "recuperar" psicologicamente esses habitantes também abortou, por ser contraditória com a violência da luta, em que a maior parte das ações militares exercida pela tropa portuguesa consistia em destruir os aldeamentos e desestruturar as formas de organização tradicional das populações locais para poder exercer um controle eficaz por meio de reagrupamento em aldeias estratégicas. A pressão de alguns chefes tradicionais e a tentativa de mobilizar esses angolanos para uma ação contra-revolucionária também não surtiram efeito, na medida em que as próprias populações rejeitavam esse tipo de ação.

Um outro trabalho, também reservado e confidencial, que chegou às nossas mãos, denominado "Populações de Angola", pertencia ao Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, 5ª Repartição, elaborado em julho de 1973. Distribuído a oficiais a fim de contribuir para uma acumulação ordenada de elementos e uma atualização de conhecimentos maiores sobre as populações de Angola, dá-nos a perceber já no preâmbulo que, na verdade, se de um lado há uma descrição sucinta das populações e das suas formas de organização do ponto de vista etnográfico bastante elaborado (mas que compreende uma resenha de trabalhos já desenvolvidos, pelo menos a julgar pela bibliografia existente), por outro lado apresenta afirmações de caráter mais pessoal de quem o elaborou e no qual se apresentam características gerais das populações existentes. Aqui o autor aponta características gerais do preto de massa, em que os juízos de valor e os estereótipos usados são de tão baixo nível científico que nos recusamos a fazer menção aos diversos itens desse capítulo.

O combate psicológico foi um fracasso devido às condições irreversíveis da luta que se travou em Angola, em que não foram as vitórias militares às vezes alcançadas pelas tropas portuguesas o aspecto relevante, mas sim o esforço de guerra que impossibilitava a desmobilização de uma parte do Exército Português, e que iria trazer prejuízos e, de certa maneira havia uma situação insustentável não só em termos econômicos, mas também demográficos e ideológicos. A guerra colonial a longo termo teve um efeito inverso que foi o de conduzir não só os soldados como os próprios oficiais a tomar consciência de que esta luta na verdade não tinha possibilidade de uma vitória militar definitiva. E me parece até interessante que se faça uma etnografia dos oficiais militares portugueses que levaram a cabo o golpe de 25 de abril e que estiveram mobilizados durante algum tempo nessa guerra colonial. Militares esses que, pelo menos por alguns dos nomes mais evidentes da "Revolução dos Cravos", parecem ter participado sobretudo daquilo que se denominou anteriormente "Contra-Subversão". Lamentavelmente este parece ter sido o momento em que o conhecimento do outro se fez necessário para a sua eliminação seja política, seja física. Podia-se, deste modo, chegar à conclusão de que estávamos perante uma Antropologia da morte, que já teria talvez sido iniciada nas chamadas campanhas de "pacificação" no fim do século passado e começo deste século em Angola, quando os contingentes militares chamados à colônia para debelar as "rebeliões" existentes, sobretudo no sul de Angola, foram levados a tentar identificar, na maior parte das vezes quer os chefes quer os indivíduos contestadores, ou, melhor dito, resistentes, para melhor combatê-los ou eliminá-los.

Não nos deteremos mais sobre este item na medida em que esse tipo de conhecimento é elaborado de forma circunstancial e é baseado principalmente em dados secundários coletados por administradores ou militares, sem importância maior no conhecimento elaborado sobre as populações locais.

OS "HOMENS DE DEUS" OU A ETNOGRAFIA MISSIONÁRIA:

Devem-se acrescentar outras variantes ao trabalho antropológico, como o discurso dos missionários, um dos elementos mais importantes e que tem um lugar específico: desde os documentos dos missionários respeitante à Angola seiscentista, até trabalhos etnográficos que ainda hoje são consultados, documentos a serem tratados do ponto de vista do conhecimento antropológico atual, para a elaboração de uma etno-história de Angola. Os trabalhos atuais desse mesmo discurso missionário, marcados por um certo empirismo e de um caráter individual de observação no campo, sobre sociedades em pequena escala, trouxera detalhes e descrições etnográficas a serem consultadas apesar dos muitos

estereótipos e de imagens com julgamentos de valor do ponto de vista religioso. A Igreja Católica esteve associada desde o início à presença dos portugueses em Angola e pode-se dizer que constituiu uma das armas essenciais na sua expansão colonial. O rei do Congo, por exemplo, fez-se batizar em 1491. Uma primeira igreja foi construída em Mbanza Kongo nesse mesmo ano. O esforço de evangelização conduzido pela Igreja Católica levou à presença de missionários que se fixaram um pouco por todo o país. Uma moderna fase da Inglaterra Católica começa com a chegada dos padres do Espírito Santo a Angola em 1866. A maioria desses padres era de origem francesa e alsaciana. A Igreja Católica recebe um estatuto especial, um estatuto de missionários, segundo um acordo nos termos de Concordata assinada entre Portugal e o Vaticano, privilegiando assim a ação dos missionários e a sua jurisdição nas colônias portuguesas. Por sua vez, os missionários protestantes que têm origem em missões vindas da Inglaterra, EUA, Canadá, Suíça e Alemanha dividem suas áreas de interesse no território angolano segundo as suas origens. A Sociedade Batista Missionária, de origem inglesa, chega ao Congo em 1878 e trabalha também no nordeste de Angola. A Igreja Metodista se estabelece em Luanda em 1885 e desenvolve a sua atividade sobretudo na área quimbundo. A Junta Americana e Canadense para as Missões no Exterior se estabelece na região do Ovimbundu desde 1880. O dr. Héli Chatelain, suíço, que trabalhou na Missão Metodista na região de Luanda, vem a fundar mais tarde a Liga Filafricana e instala-se na região do Ovimbundu. Desde 1962 a Missão Filafricana de Angola passa a denominar-se Igreja Evangélica do Sudeste de Angola. Os adventistas instalaram-se também na região Ovimbundu, na província de Huambo, construindo um hospital, em que atuou o célebre cirurgião dr. Parsons, em 1922.

A origem não portuguesa da maioria dos missionários protestantes leva-nos a crer que dirigiam uma ação missionária de evangelização e de educação com os povos com que estavam em contato, bem como um estudo mais detalhado das formas de organização social desses povos pelo fato de não estarem identificados com a política de ação do Estado Colonial. Em parte, o mesmo é válido para os missionários católicos de origem católica/alsaciana e holandesa que pertenciam à Congregação do Espírito Santo. A ação educativa tanto dos protestantes quanto de uma ala progressiva católica possível, sobretudo na Igreja Católica pós-conciliar, conduzem à possibilidade de surgirem determinados nacionalistas educados nas missões protestantes ou em seminários católicos que aderiram desde o início à Luta de Libertação Nacional. Parece-nos que uma certa lealdade religiosa no que se refere às três principais correntes protestantes em Angola contribuíram para uma divisão tripartida entre os três

movimentos nacionalistas durante a Luta de Libertação Nacional. A Igreja Batista, sobretudo no norte de Angola, a Igreja Metodista na capital e as Associações Congregacionistas no centro-sul de Angola. Os trabalhos dos missionários que, inicialmente, se restringiam à elaboração de gramáticas e catecismos nas línguas locais, assim como à tradução de partes da Bíblia, posteriormente se ampliaram e se objetivaram em um estudo mais detalhado das populações autóctones. Temos aqui de reconhecer a relevância do ponto de vista etnográfico, sobretudo dos trabalhos de pastores protestantes na região do planalto central de Angola, voltados para o grupo etno-lingüístico denominado Ovimbundu. Temos a realçar os trabalhos seguintes:

D.A. Hastings. Ovimbundu beliefs and practices. Hasford, Kennedy of Missions, 1933, (PhD thesis).

M. Mc Cullock. The Ovimbundu in the ethnographic survey of Africa. Part. II. (London, 1952).

Duane Victor Walu. The economic life of the Ovimbundu. (M.A. thesis, Hasford, Ken. Sch. Mis., 1941).

Edwards, Adrin C. The Ovimbundu under two sovereignties (Oxford, 1962).

Hambly, W. D. The Ovimbundu of Angola (Chigago, 1934).

Childs, G. M. Umbundu, Kinship and character. (Oxford Univ. Press, 1949).

Por outro lado os padres católicos, principalmente aqueles da Congregação do Espírito Santo, deixam-nos sobretudo no sudeste de Angola, o trabalho pioneiro e profundo do Padre Carlos Esterman sobre a etnografia da região. Já no norte de Angola os padres Manoel Vaz e Joaquim Martins nos dão várias etnografias dos povos do Enclave de Cabinda. Temos ainda a constatar algumas gramáticas e dicionários feitos na região Kicongo, Kimbundu e Ovimbundu, realizados por outros padres da Congregação do Espírito Santo e dos capuchinhos.

Neste inventário breve sobre os trabalhos etnográficos dos missionários protestantes e católicos podemos constatar um nível bem mais profundo e uma produção bem maior dos missionários protestantes em razão

primeiramente do nível dos cursos superiores desses missionários, formados em sua maioria em universidades, em cursos de Teologia de cujo currículo constavam cadeiras de Antropologia. Entre esses trabalhos pode ser citado como exemplo aquele mais conhecido e que se pode considerar um clássico: o trabalho de G. M. Childs, que é uma tese de doutoramento sob a orientação da antropóloga americana Ruth Benedict.

Temos ainda a constatar uma geografia dessa produção em que os trabalhos dos missionários protestantes, como já realçamos, concentram-se sobretudo no planalto central, região do grupo Ovimbundu. Os trabalhos dos missionários católicos estão concentrados mais nas regiões norte e sudeste de Angola. No mapa que incluímos em nosso trabalho podemos observar a distribuição das missões protestantes e católicas o que permite visualizar essa geografia da produção etnográfica dos missionários que relacionamos.

Essas missões tinham uma plurifuncionalidade, sobretudo as protestantes, pois sua função não era apenas a evangelização mas muitas vezes também a promoção social, isto é, proporcionar uma educação profissionalizante e também uma assistência médica às populações locais. Por outro lado, as missões católicas baseadas no estatuto missionário promulgado pelo governo português a 5 de abril de 1941 e que estava de acordo com a Concordata assinada com o Vaticano tinham entre seus objetivos sobretudo operar com a "missão civilizadora de Portugal".

Mas essa não era a posição do clero autóctene de Angola, que esposava uma posição crítica em relação à própria Igreja Católica e à sua ação específica em relação à situação em Angola. É de se notar que um grande número de padres naturais de Angola teve, após 1961, residência fixada em Portugal devido à sua militância política. Assim, o reverendo padre Joaquim Pinto de Andrade (que mais tarde abandonou a batina) foi eleito o primeiro presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola. Poderíamos ainda citar o cônego Manuel Alves das Neves, um dos nacionalistas angolanos presos após o desencadeamento da luta armada em 1961.

O grupo de intelectuais dos países sob dominação portuguesa apresenta uma mensagem ao Congresso Mundial de Escritores e Artistas Negros, realizado em Roma em março e abril de 1969, ocasião em que se insurgem contra o ensino ministrado aos indígenas pelas missões católicas: "A este propósito, é interessante reter um despacho datado de março de 1958 pelo secretário geral do governo da colônia de Angola que nos diz: 'quem se relacionar com um indígena educado sob a influência das missões protestantes notará uma diferença surpreendente com aqueles que o são pelas missões católicas; aqueles são mais

sociáveis, tem outros hábitos de trabalho, são mais bem cultivados do ponto de vista cultural e profissional, são mais bem preparados para a vida prática; estes são mais místicos, mais preocupados, mais pobres, incontestavelmente mais portugueses. É que nesses existe uma unidade religiosa, a preocupação de se tornar antes de tudo bons cristãos. Se esta preocupação dominar, coloca de lado certos problemas de ordem prática, incongruentes, mas por outro lado têm a vantagem de uniformizar no mesmo estágio cultural, todos os indígenas de Angola e de moldá-los mais à nossa maneira de ser'.

Nós queremos crer contudo que a Igreja Católica, nas colônias portuguesas, tenha sido abusivamente utilizada pelos colonizadores portugueses na sua obra sinistra de liquidação das culturas indígenas, sufocando as línguas africanas, levando à despersonalização do homem africano e de sua preparação para as funções servis nas colônias"⁷.

Se é verdade que os processos educacionais conduzidos pelos missionários quer sejam católicos quer sejam protestantes tiveram uma importância bastante grande para a compreensão dos valores, das ideologias a eles inerentes no processo de transferências de cultura, por outro lado parece-nos de maior relevância as respostas dadas pelos africanos ou pelo clero africano a esse processo de socialização de valores exógenos, ou ainda uma interpretação que puderam dar, lançando mão de seus próprios sistemas de valores. Há também para ressaltar trabalhos importantes como o de T. Samuels (1970) sobre a educação em Angola e os trabalhos em curso conduzidos pelo professor Douglas Weeller, que tentam recuperar os depoimentos de cerca de trezentos ex-missionários radicados nos Estados Unidos e no Canadá, para uma análise mais profunda do momento histórico que antecede a independência de Angola. Trabalho idêntico poderia ser feito com a emergente Igreja Africana, seja católica ou protestante, enfocando a sua participação durante a Luta de Libertação Nacional, naquilo que denominamos em nosso trabalho de "a recuperação do discurso autônomo".

Em relação à Antropologia temos uma concepção análoga à de Roger Bastide, quando diz que os antropólogos, aos estudarem os processos de aculturação, as suas finalidades e seu desenvolvimento, dependem não somente de estudos empíricos que eles possam produzir, mas das situações aculturativas nas quais eles trabalham estas situações aculturativas. Por outro lado, são herança das concepções étnicas de seus predecessores. Assim, uma etnologia angolana só

(7) in PRESENCE AFRICAINE, 26 mars-1 avril 1959, pp.356-358.

SERRANO, Carlos. Angola: o discurso do colonialismo e a Antropologia aplicada. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 14-15 (1): 15-36, 1991-1992.

pode nascer, aceitando aquilo que Bastide preconiza a partir da elaboração de uma etnologia do conhecimento. Isto é, uma etnologia que deve refletir primeiramente sobre os efeitos dos valores, dos ideais, dos hábitos ou das atitudes culturais que se impõem ao pesquisador, pertencendo ele a determinada etnia. Assim, a recuperação do discurso autônomo deve passar por uma crítica ao conhecimento herdado da época colonial sobre si próprio.

ABSTRACT: In this work the author analyses how, in the various anthropological ways (spontaneous ethnography, military and missionary anthropology, etc) has been treated the knowledge of the "other" concerned to what is produced in this way on Angola.

There is something in common in these various ways, that is: there is an inclusion of the knowledge upon the "other" and at the same time the exclusion of its ideology.

It must be stressed, among the vast ethnographic production on Angola, the works of the catholic missionaries of the congregation of Holy Ghost as well as those of the Protestant missionaries, all of them of non-Portuguese origin.